

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: O FUNCIONAMENTO E SUAS PRÁTICAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM ARAGUATINS – TO.

MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOMS: OPERATION AND ITS PRACTICES IN THE MUNICIPAL NETWORK OF EDUCATION IN ARAGUATINS – TO.

Lívia Maria de Carvalho Cardoso Montel 1

Vanessa Dallete Bispo Gomes 2

Resumo: A Educação Inclusiva está direcionada para uma educação que foge de preconceitos, que valoriza as diferenças de forma plena. Com o objetivo de inserir todos os alunos ao contexto do ensino regular, sem exceção, com esse intuito, os municípios têm ofertado as Salas de Recursos Multifuncionais. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa foi de compreender como ocorre o processo de ensino e aprendizagem nas Salas de Recursos Multifuncionais da rede Municipal de Araguatins-TO. A pesquisa tem cunho qualitativo - quantitativo, utilizando como instrumento de coleta de dados a observação sistemática e o questionário. Como pressuposto teórico da pesquisa teve como autores Mantoan, Ropoli, Alves, Malheiro. Observou-se, que apesar da ampliação das políticas nacionais para promover a garantia de acesso para todos, necessita ainda progredir muito, exigindo profissionais da educação mais qualificados, com conhecimentos específicos para lidar com as mais diversas necessidades.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Sala de Recursos Multifuncionais. Ensino – aprendizagem.

Abstract : Inclusive Education is directed towards an education that avoids prejudices, that fully values differences. With the objective of inserting all students in the context of regular education, without exception, for this purpose, the municipalities have offered Multifunctional Resource Rooms. In this context, the objective of this research was to understand how the teaching and learning process occurs in the Multifunctional Resource Rooms of the Municipal network of Araguatins-TO. The research has a qualitative and quantitative nature, using systematic observation and the questionnaire as data collection instruments. As theoretical assumption of the research had as authors Mantoan, Ropoli, Alves, Malheiro. It was observed that, despite the expansion of national policies to promote the guarantee of access for all, there is still much to be done, requiring more qualified education professionals, with specific knowledge to deal with the most diverse needs.

Keywords: Inclusive Education. Multifunctional Resource Room. Teaching - learning.

Licenciatura Plena em Pedagogia - UFMA. Licenciatura em Artes-
Educação Artística - Centro Universitário Claretiano. Pós-graduação em
Docência do Ensino Superior – FAPAF. Pós-graduação em Gênero e Diversidade
na Escola – UFT. Professora Especialista da Faculdade Integrada de Araguatins
– FAIARA, Professora da Educação Básica da SEDUC- TO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1258364323640568> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1065-6268>
E-mail: livyaam@gmail.com 1

Licenciatura em Pedagogia – UNITINS. Professora da Escola Arte de
Crescer – Araguatins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0320877454109358> ORCID:
<https://orcid.org/0000-0003-4144-1024>. E-mail: vanessadallete@gmail.com 2

Introdução

Após a necessidade histórica da educação brasileira de promover a inclusão dentro da escola que oferecesse condições de acesso, participação e aprendizagem dos estudantes, hoje, o aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE's) tem por direito o atendimento prioritário na rede regular de ensino, sendo ofertado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno escolar pela via das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que tem como objetivo contribuir no processo de inclusão de alunos público-alvo da educação especial. As SRM são espaços localizados nas escolas públicas municipais e estaduais, onde é realizado o AEE para os alunos com NEE's, busca acompanhá-los em suas diferenças e especificidades de modo a inseri-los no contexto da sala regular. Não se trata apenas de inserir, mas de apoiar, ultrapassar barreiras que impeçam o aluno de ter acesso ao que lhe é ensinado na sala regular.

Atualmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) traz o AEE, como um serviço que complementa ou suplementa a formação dos estudantes da educação especial. Assim, disponibiliza serviços, recursos e estratégias que visem à acessibilidade, eliminando os obstáculos para sua ampla participação na sociedade e o desenvolvimento de sua aprendizagem, ressalta ainda, que as atividades fornecidas precisam ser diferenciadas daquelas realizadas na sala de aula regular. A PNEE-EI considera alunos da Educação Especial aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

A partir dessas considerações, esse estudo é considerado relevante, colaborando com a reflexão acerca das dificuldades encontradas pela escola na educação do público – alvo da educação especial, sobretudo no que diz respeito ao AEE e as SRM. O objetivo desse estudo advém dos trabalhos que evidenciam questões relativas aos sujeitos da Educação Especial, abrangendo a linha de pesquisa “O Atendimento Educacional Especializado oferecido em salas de Recursos Multifuncionais”.

Portanto, buscou-se reunir informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Como ocorre o processo de ensino e aprendizagem nas salas de Recursos Multifuncionais do Ensino Fundamental I da Rede Municipal de ensino urbano de Araguatins-TO?

Deste modo, não se pode deixar de levar em consideração o processo de ensino e aprendizagem nas SRM, o que se faz necessário compreender também como ocorre o trabalho docente perante o desenvolvimento de sua prática, conhecer como é realizado o AEE e o processo de ensino e aprendizagem, como também identificar como acontece à articulação entre os professores do ensino regular e das SRM.

Para analisar esses dados foi utilizada uma abordagem qualitativa-quantitativa, através da observação e de um questionário aplicado aos professores das SRM, foi utilizado também a pesquisa bibliográfica que busca responder o problema por meio de materiais com referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses, como também a pesquisa empírica, que buscou elementos relevantes e convenientes obtidos através da experiência e da vivência do pesquisador. A pesquisa tem caráter exploratório – descritivo, no qual são realizadas análises empíricas e teóricas, e têm por objetivo obter novas concepções e ideias, esses instrumentos de pesquisa tornam-se uma importante ferramenta para que se possam atingir os objetivos propostos.

Deste modo, este trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: Na seção 2, 3 e 4, são abordados os aspectos legais das SRM e do AEE, seu histórico e suas origens, seus objetivos e seu público de atendimento é informado ao leitor, como ocorre o trabalho do docente nas SRM e o funcionamento do AEE, como também a articulação entre o ensino regular e o ensino especial, pela via do AEE. A seção 5 será composta pela apresentação e pelos sujeitos da pesquisa, bem como, os instrumentos utilizados para a coleta de dados, procedimentos utilizados para análise dos resultados, que foram analisados de acordo com os objetivos propostos desse trabalho. Na seção 6, são abordados os resultados e discussões da pesquisa, apresentando os dados coletados, por meio dos questionários e organizados através de gráficos.

A partir desta organização, buscou-se expor os resultados de forma objetiva e clara, propiciando ao leitor e futuros pesquisadores refletir acerca da importância das salas de recursos

multifuncionais no atendimento educacional especializado.

Aspectos Legais: Atendimento Educacional Especializado (AEE) e As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM)

A Educação Especial foi marcada por diversas ações que tiveram como foco o atendimento especializado aos sujeitos com deficiência, o movimento da inclusão, a nova maneira de ver a criança e de contemplar a diversidade.

Cabe apontar, que apesar de todas as ações realizadas, não se efetivava uma política pública à educação, o que prevalecia era a concepção de “políticas especiais” para lidar com a educação de alunos com deficiência.

A Constituição Federal (CF) de 1988 reforça a inclusão social, a formação de cidadãos e profissionais com a colaboração da sociedade. Em seu Art. 205º:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2008).

O Art. 206º da CF, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, afirma o Art. 208º, inciso III.

Ao passo que a busca pela igualdade de educação se afluía, surge a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), ambas reafirmam o compromisso do direito de todos à educação, onde reconhecem a necessidade de prover uma educação especial para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, estes sendo considerados alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, dentro do sistema regular de ensino. A partir de então, iniciam a elaboração das políticas públicas para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Baseada na igualdade de condições de acesso à participação em um sistema educacional inclusivo e pelos marcos legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96 em seu Título II, destinado aos Princípios e Fins da educação Nacional dispõem no seu Art. 3º, inciso I a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, como também o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” no artigo. 4º inciso II, onde dispõem em seu Título III sobre o Direito à Educação e do Dever de Educar.

A LDB 9394/96 destina em seu Título V – Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, onde retratam as disposições legais os níveis de ensino e as modalidades, no que diz respeito à Educação Especial, destina o Capítulo V, onde nos seus Art. 58, 59 e 60 abordam sobre as disposições legais da mesma. Estabelece em seu Art.58º, inciso II que “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”. O Art.60º, parágrafo único, afirma que o Poder público adotará medidas para ampliação do atendimento especializado aos educandos com necessidades especiais prioritariamente na rede pública de ensino.

Com isso, a Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva, passa a ser considerada uma modalidade de ensino transversal que disponibilizará serviços, recursos e um Atendimento Educacional Especializado (AEE), de forma complementar ou suplementar para o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE).

Dessa forma, a educação inclusiva será concebida nas redes regulares de ensino, no qual os alunos poderão construir seu conhecimento de acordo com suas capacidades, participando das atividades, expressando ideias e se desenvolvendo como cidadãos.

É na escola que o papel social deve ser cumprido, partindo da concepção que todos os

alunos se igualem, estabelecendo uma proposta pedagógica que tenha como foco valorizar as diferenças, e ter como oferta a escolarização nas classes do ensino regular e do atendimento educacional especializado para que sejam trabalhadas as necessidades educacionais específicas dos seus estudantes.

Em 2007, O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, foi instituído pelo Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC/SECADI) por meio da Portaria Ministerial nº 13, com a finalidade de instigar o acesso dos alunos PAEE no AEE, que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. No contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI), tendo como objetivo, auxiliar a promoção da escolarização, eliminar barreiras que impeçam os alunos de participarem das atividades fornecidas nas salas de ensino regular, disponibilizar recursos pedagógicos, promover o desenvolvimento e a participação, como também assegurar o pleno acesso no ensino regular em igualdade de condições.

O governo oferecerá apoio técnico e financeiro para os sistemas públicos de ensino municipais, estaduais e distrito federal a fim de aumentar a oferta do AEE aos PAEE devidamente matriculados na rede pública de ensino regular. O mesmo assegurado pelo decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, no qual em seu Art. 5º, inciso II contempla das seguintes ações:

I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;

II - implantação de salas de recursos multifuncionais;

III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;

IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;

V - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;

VI - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e

VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. (BRASIL, 2011)

As Salas de Recursos Multifuncionais – SRM se configuram como espaços localizados nas escolas de educação básica, e nela são realizadas o Atendimento Educacional Especializado - AEE. As salas são preparadas com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para que ocorra o atendimento aos alunos público-alvo da educação especial, é fornecido no contraturno do ensino regular.

O Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais vem atender à necessidade das escolas públicas que possuem alunos matriculados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação/altas habilidades, sendo classificada em Tipo I e Tipo II. A escola deve ter matrícula de estudante(s) público-alvo da educação especial em classe regular, registrada(s) no Censo Escolar MEC/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para que seja instalada a SRM Tipo I, para a SRM de Tipo II a escola de ensino regular deve ter matrícula de estudante(s) cego(s), pois esta classificação

de salas recebe equipamentos específicos para atendimento educacional especializado a tais estudantes.

O Trabalho docente e o Atendimento Educacional Especializado

O trabalho docente é de extrema importância para formação de um aluno, tendo como foco a sua aprendizagem. O papel do professor exige comprometimento, planejamento e além de tudo o olhar inovador, para executar sua prática docente e possibilitar o conhecimento, respeitando as especificidades de cada aluno.

O processo de identificação e encaminhamento do aluno para as SRM's passa por um processo de análise que inclui desde a coordenação, professor regente da sala regular e o professor da SRM, juntamente com os pais. Dessa forma, é de fundamental importância para essa tomada de decisão um assessoramento técnico e uma avaliação do ensino e aprendizagem do aluno, e que para tal fim as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, pelo parecer da Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001, em seu Art. 6º assegura:

I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;

II - o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema; III – a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário. (BRASIL, 2001)

Entre professor e aluno deve haver um compartilhamento de informações, nesse fazer pedagógico é que acontece a aprendizagem em conjunto, que se aprende e que se ensina. Dentro desse contexto, o professor deve estar sempre preparado para desafios, visto que a educação especial está inserida no ensino regular, buscar conhecimentos, é estar preparado para atender as diversas necessidades de seus alunos. Dessa forma, a PNEE-EI (2008, p. 17), afirma que o profissional que irá atuar na Educação Especial “deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área”.

Nessa mesma perspectiva, a LDB n.º 9394/1996, que determina em seu Art. 59 que “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Para Mantoan (2003, p. 45) “O foco da formação é o desenvolvimento da competência de resolver problemas pedagógicos”. Analisa-se, portanto, que o processo de ensino ministrado e a construção do conhecimento do aluno, está ligado diretamente à necessidade e aos interesses comuns dos professores em resolverem situações e de aperfeiçoar o modo como exercem seu papel.

Nesse direcionamento, Miranda e Filho (2012, p. 140) abordam que “A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante [...]”. Diante disso, percebe-se que a garantia do acesso destes estudantes à escola regular não quer dizer que a inclusão esteja acontecendo, é imprescindível ter o apoio do docente e garantir a igualdade no atendimento pedagógico. A formação docente vai além do respeito, envolve a compreensão da diversidade de seus alunos.

Deve ser um compromisso dos sistemas de ensino assegurar a formação continuada do professor, para que haja uma qualidade de ensino, assim garantindo que estejam aptos a organizar e a implantar propostas e práticas de ensino diferenciadas para atender às características de seus alunos. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, por meio da Resolução nº 4/2009 em seu Art.13º, que são atribuições do professor do AEE:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; (BRASIL, 2009).

O AEE deve ser reconhecido como um apoio especializado, que busca proporcionar ao PAEE a efetivação significativa no processo de escolarização nas salas do ensino regular, não tem um caráter de reforço, portanto, o professor do AEE tem de trabalhar tão-somente a necessidade específica do aluno, desenvolvendo métodos e recursos necessários no contexto pedagógico.

Como descrito as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, por meio da Resolução nº 4/2009, prevê em seu Art. 10º que “O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE [...]”.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico (PPP) durante a instrumentalização do processo institucional da oferta do AEE, caberá à gestão zelar, não deixando que seja descaracterizado das suas funções e não permitir que os alunos sejam categorizados, discriminados e excluídos do processo avaliativo utilizado pela escola. Prevendo na sua organização: as SRM, desde o mobiliário aos equipamentos específicos, a matrícula em ambas as modalidades, cronograma de atendimento, planejamento do AEE, professor qualificado para exercício da docência no AEE, outros profissionais para atender necessidades específicas e redes de apoio (atuação, formação, serviços etc.).

O funcionamento adequado do atendimento oferecido aos alunos com NEE's é de suma importância, toda e qualquer ajuda é necessário por parte da equipe escolar, deve estar envolvida no processo de inclusão.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, define em seu Art. 5º que o AEE deve ser realizado, preferencialmente, nas SRM sendo da mesma escola ou em outra de ensino regular, no contraturno da escola, não podendo ser substituído as salas regulares. Assim, Malheiro e Mendes (2017, p.32) alegam que “essa compreensão se deve ao fato desse serviço ser reconhecido como um complemento, e não um substitutivo da escolarização ministrada na classe comum”.

O AEE tem como foco identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, onde propõe eliminar os obstáculos que impeçam a participação integral dos alunos, ponderando as suas especificidades educacionais. O AEE dispõe de programas de desenvolvimento curricular, dentre eles o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, atividades diferenciadas das realizadas na sala de ensino regular, dentre outros.

Durante o processo de escolarização, o AEE deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino regular, esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos visando sua autonomia e independência dentro e fora da escola.

O decreto 7.611/2011 dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional

especializado. Como também, em seu Art. 3º estabelece os objetivos do AEE:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011)

Assim, AEE deve trabalhar com um conjunto de estratégias e procedimentos que auxiliem no processo de apropriação e produção de conhecimentos, não podendo ser confundido com atividades e conteúdos programáticos apresentados na sala de aula regular.

Articulação: Ensino Regular e o Atendimento Educacional Especializado

A articulação entre Educação Especial ou AEE e ensino regular, na concepção da inclusão acontece em todas as etapas e níveis do ensino básico e do superior, de acordo com Ropoli et al (2010, p. 18) “a integração entre ambas não deverá descaracterizar o que é próprio de cada uma delas, estabelecendo um espaço de intersecção de competências resguardado pelos limites de atuação que as especificam”, assim, torna-se uma escola das diferenças, onde os alunos estão todos juntos inseridos em uma mesma sala de aula, na concepção inclusiva.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, institui em seu Art. 9º:

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (BRASIL, 2009)

Em outras palavras, os professores das salas de ensino regular e os da SRM ou AEE precisam compartilhar de um trabalho interdisciplinar e colaborativo, devem estar conectados, articulando sobre seus planejamentos para que seus objetivos de ensino sejam alcançados.

O planejamento tem como função nortear o professor para o que se pretende alcançar. Alves et al (2006), salienta:

Que o professor da sala de recursos multifuncionais deverá participar das reuniões pedagógicas, do planejamento, dos conselhos de classe, da elaboração do projeto pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar. (ALVES ET AL, 2006, p. 18)

As atribuições do professor da sala de ensino regular estão envolvidas no ensino das áreas do conhecimento, por outro lado, o professor do AEE está voltado para complementação ou suplementação com conhecimentos e recursos específicos que isolem os obstáculos, incentivando a participação com autonomia e independência nas turmas do ensino regular.

Essas atribuições são confirmadas pela Resolução n.º 4/2009, em seu Art. 13º, que também define o trabalho colaborativo entre as SRM e a sala de aula regular “estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares”.

A troca de experiências e a procura da qualidade no desempenho escolar desses alunos tornam a articulação entre o ensino regular e o AEE tão importante, na medida em que as necessidades se afluam, provoca então o encontro, que possibilita que as necessidades educacionais específicas possam ser atendidas. A correlação do currículo entre as salas, deve se manter com uma concessão, recursos e metodologias, para que o professor do AEE elabore suportes e estratégias que possibilite a superação de sua dificuldade em assimilar, acompanhar e se desenvolver o currículo escolar na sala de aula regular.

A participação de professores das duas modalidades de ensino, coordenadores pedagógicos, supervisores e gestores das escolas de ensino regular ou educação especial, permite que estes alunos participem de uma formação igualitária, propicia a todos viver uma experiência de desenvolvimento e escolarização, preocupando-se com o benefício dos alunos e a melhoria da qualidade de ensino.

O Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) deve considerar o AEE como uma das dimensões da escola das diferenças, nesse sentido, o AEE se associa a gestão democrática da escola, estando previstos a organização e recursos para o AEE, também conta com ações de acompanhamento e articulação entre o trabalho do professor do AEE e os professores das salas regulares, monitoramento da produção de materiais didáticos especializados, tal como recursos indispensáveis para a confecção destes.

Assim como, manter condições para melhorar e ampliar o espaço das salas de recursos multifuncionais inclui-se a necessidade de outros tipos de recursos, equipamentos e suportes que forem indicados pelo professor do AEE.

Salienta Ropoli et al., cinco eixos que favorecem essa articulação:

A elaboração conjunta de planos de trabalho durante a construção do Projeto Pedagógico, em que a Educação Especial não é um tópico à parte da programação escolar; o estudo e a identificação do problema pelo qual um aluno é encaminhado à Educação Especial; a discussão dos planos de AEE com todos os membros da equipe escolar; o desenvolvimento em parceria de recursos e materiais didáticos para o atendimento do aluno em sala de aula e o acompanhamento conjunto da utilização dos recursos e do progresso do aluno no processo de aprendizagem; a formação continuada dos professores e demais membros da equipe escolar, entremeando tópicos do ensino especial e comum, como condição da melhoria do atendimento aos alunos em geral e do conhecimento mais detalhado de alguns alunos em especial, por meio do questionamento das diferenças e do que pode promover a exclusão escolar. (ROPOLI ET AL., 2010, p. 19)

Portanto torna-se evidente que a inclusão escolar é uma prática que está sendo destaque na Educação Básica Brasileira, e para oferecer as melhores condições de inserção é de fundamental importância destacar que o papel dos professores da sala de recursos multifuncionais e da sala de aula regular, essa aproximação entre as duas possibilita a articulação de experiências e condições favoráveis, sendo essencial no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Procedimentos Metodológicos

Para evidenciar os aspectos metodológicos do estudo, tem se a pesquisa como foco, pois se trata de um procedimento reflexivo, que permite utilizar-se da crítica, podendo ser empregada em qualquer campo de conhecimento. Marconi e Lakatos (2003, p. 155) afirmam que

a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Esse estudo, por sua vez buscou utilizar-se do conhecimento científico, evidenciando-o por uma pesquisa aplicada, visto que busca soluções para problemas concretos, para que os objetivos propostos destes sejam alcançados, foi utilizada a pesquisa bibliográfica que “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, dissertações e teses” (Cervo; Bervian; Da Silva, 2007, p. 60).

A pesquisa foi realizada nas Escolas da Rede Municipal de ensino urbano da cidade de Araguatins – TO, totalizando 02 escolas com tais características, os professores das Salas de Recursos Multifuncionais foram os sujeitos da pesquisa, sendo um total de 03 professores, 01 da Escola X e 02 da Escola Y.

Também foi utilizada a pesquisa empírica que tem como objetivo a busca de elementos relevantes e convenientes obtidos através da experiência e da vivência do pesquisador.

A pesquisa tem caráter exploratório - descritivo, o estudo visou conhecer as relações existentes entre os elementos de sua pesquisa, e teve por objetivo obter novas concepções, ideias e informações mais detalhadas pela mediação da observação do participante. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 188) a pesquisa tipo exploratório – descritivo, “têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas”.

A metodologia adotada nesta pesquisa foi apresentada através de uma abordagem qualitativa - quantitativa, e como instrumentos de coleta de dados empregadas na pesquisa, destacou-se a observação sistemática através de um roteiro com questões pré-estabelecidas que é caracterizada por Marconi e Lakatos (2003, p. 193), “observação sistemática, o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe”.

Utilizou-se também a aplicação de questionários, este com um total de 15 perguntas, sendo 10 objetivas e 05 subjetivas, para melhor compreensão dos dados coletados algumas perguntas terão respostas vinculadas, caso o participante tenha como opção tal resposta, poderá justificá-la.

Para auxiliar na coleta de dados deste, optou-se por utilizar-se da internet, por meio da ferramenta Google Forms, que tem precisão na coleta e geração de tabelas e gráficos, facilitando a análise dos resultados.

Na opinião de Cervo; Bervian; Da Silva (2007), consideram que a aplicação de questionários:

Possui vantagem de os respondentes se sentirem mais confiantes, dado o anonimato, o que possibilita coletar informações e respostas mais reais (o que pode não acontecer na entrevista). Deve, ainda, ser limitado em sua extensão e finalidade. (CERVO, BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 53)

Levando em conta a obtenção de dados coletados, visou-se organizá-los de forma a possibilitar a chegada às respostas dos problemas propostos durante a investigação. Deste modo, a análise foi feita para atender aos objetivos da pesquisa, e para mensurar, tabular, categorizar e interpretar os resultados com o objetivo de confirmar ou rejeitar os pressupostos da pesquisa.

Resultados e Discussões

Neste espaço, são demonstrados os resultados da pesquisa realizada com os professores das Salas de Recursos Multifuncionais das Escolas Municipais da rede urbana de Araguatins - TO, por meio da observação sistemática, seguida por um questionário aplicado aos professores das instituições de ensino.

Caracterização da área da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada nas Escolas Municipais da rede urbana de Araguatins – TO, que contemplam em seu quadro de clientela o público-alvo da educação especial (PAEE), por consequência, tendo em sua estrutura arquitetônica a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), onde é realizado o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Trata-se de um serviço de atendimento reconhecido como um apoio especializado, que busca proporcionar ao PAEE a efetivação significativa no processo de escolarização nas salas do ensino regular, o qual possibilitou a realização dessa pesquisa.

São ao todo duas escolas que possuem estas características, tendo suas SRM implantadas nos anos de 2010 na Escola X e em 2011 na Escola Y, ambas disponibilizam do AEE nas SRM. Cada SRM tem um público de atendimento com diversas deficiências, a Escola X, possui um público de 19 alunos e a Escola Y, 17 alunos, sendo que todos eles são alunos da própria escola, não tendo nenhum aluno matriculado na SRM de outra instituição.

Esse serviço encontra-se fundamentado em referências teóricas que preconizam estes atendimentos como essencial para que de fato ocorra uma educação inclusiva, propondo elaborar suportes e estratégias que possibilite a superação das dificuldades dos alunos em assimilar, acompanhar e desenvolver o currículo escolar na sala de aula regular.

Características dos professores participantes da pesquisa

Esta pesquisa contou com a participação de três professoras atuantes na sala de recursos multifuncionais. Com o objetivo de preservar suas identidades foram identificadas por P1, P2 e P3. A observação e o questionário, que foi aplicado através da ferramenta Google Forms, foram realizados no mês de outubro de 2018, e a análise dos dados coletados será relatada a seguir.

Quadro 01 – Identificação dos participantes da pesquisa

Professor Sala de Recursos multifuncional					
Professor	Idade	Sexo	Formação	Atuação na SRM	Experiência Anterior
P1	42	F	Graduação em Pedagogia/ Esp. em área específica da EE	2 a 5 anos	Ensino Regular
P2	56	F	Graduação em Pedagogia	2 a 5 anos	Ensino Regular
P3	44	F	Graduação em Pedagogia/ Esp. em área específica da EE	5 a 10 anos	Ensino Regular

Fonte: Autora (2018)

O quadro 01 apresenta as características das professoras participantes da pesquisa, desde sua formação até as suas experiências anteriores.

Apontando a formação dos professores, a PNEE-EI (2008, p. 17), afirma que o profissional que irá atuar na Educação Especial “deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área”.

Para atuar na Educação Especial, é preciso possuir conhecimentos pedagógicos e específicos da área, provenientes de sua formação inicial e formação continuada. Através destes conhecimentos, será possível a atuação do professor na oferta dos serviços e recursos da Educação Especial.

Apresentação dos dados

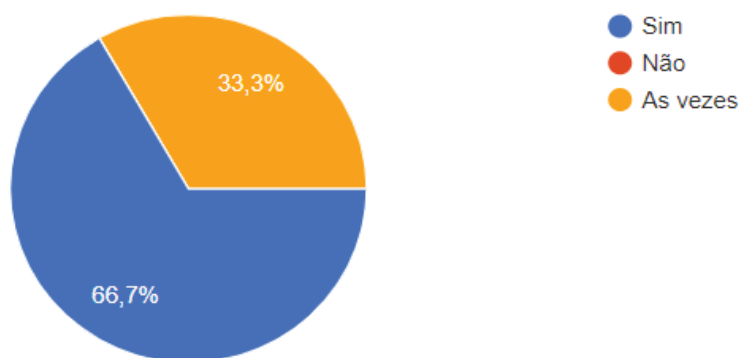
Neste espaço, foi realizada a análise dos resultados e discussões, e os dados alcançados na pesquisa foram estruturados em gráficos para apresentação e análise.

O Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais parte da necessidade de atender nas escolas públicas alunos do PAEE, as mesmas são classificadas em Tipo I e Tipo II.

A respeito de que tipo de Sala de Recursos Multifuncionais às mesmas atuam, a resposta foi unânime ao responderem 100% tipo I.

Ropoli et al (2010, p. 32) distingue que “As Salas de Recursos Multifuncionais Tipo II são constituídas dos recursos da sala Tipo I, acrescidos de outros recursos específicos para o atendimento de alunos com cegueira”. Nota-se a partir de tal resposta, que o PAEE das Escolas participantes não engloba alunos com cegueira, porém através da observação realizada nas instituições, pôde notar que em seu registro de alunos existe tal público.

Gráfico 01 – Existe articulação com os professores da Sala Regular?



Fonte: Autora (2018)

Ao questionar os professores se existem articulação dos conteúdos ministrados nas salas regulares e as estratégias de aprendizagem desenvolvidas nas SRM, 66,7% responderam que sim, 33,3% que às vezes. Neste caso, foi solicitado para comentarem como ocorre este processo. Das três professoras pesquisadas, a respeito de como ocorre este processo de articulação, obtive-se os seguintes dados:

P1 – Estamos sempre em contato para melhorar a ensinagem dos educandos. E inserir estes conteúdos em nosso planejamento.

P2 – Trabalhamos em contato com os professores da sala regular.

P3 – Os professores repassam as dificuldades do aluno em certos conteúdos e o mesmo é trabalhado de forma lúdica na SRM.

Percebe-se que esta articulação ocorre nas instituições pesquisadas, não sendo sempre, porém já se tem uma perspectiva colaborativa com o professor do ensino regular. Essa perspectiva de trabalho articulado entre tais professores está prevista na Resolução n.º 4/2009, que define em seu Art. 13º, inciso VIII, que é atribuição do professor da SRM, “estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias [...]”.

Ao indagar as professoras sobre as principais dificuldades enfrentadas no desenvolvimento da prática docente na SRM, os dados obtidos foram:

P1 – A participação das famílias na aprendizagem das crianças.

P2 – A participação da família.

P3 – Apenas a falta de acompanhamento e compromisso dos pais.

Foi observado que a família não é frequente e ainda não apoia os serviços de atendimento, não medicando os alunos que necessitam e não dando continuidade em casa no processo iniciado na SRM, o que atrapalha o desenvolvimento do aluno. A importância da

participação da família em qualquer modalidade de ensino é fundamental, pode-se dizer que na Educação Especial se requer ainda mais essa proximidade da escola com a família, neste enfoque constata-se que as respostas das participantes se entrelaçam. Como descrito na Resolução n.º 4/2009, que define em seu Art. 9:

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento. (BRASIL, 2009)

No próximo questionamento foi perguntado às professoras como ocorre o planejamento das atividades da SRM, contemplando os conteúdos que estão sendo ministrados na sala de ensino regular, os dados obtidos foram:

P1 – O planejamento é mensal, mas estamos sempre em conversas com os professores das salas regulares e inserimos os conteúdos em nosso planejamento de forma diferenciada.

P2 – Sim, só que de formas diferentes.

P3 – Através da comunicação continua com os professores. Acompanhando o planejamento semanal da sala regular, observando as dificuldades de cada criança e dando o suporte necessário.

É necessário enfatizar a importância do planejamento para alcançar um bom desempenho nas atividades propostas nas SRM e nas salas regulares, isso requer do professor uma constante mudança e adaptação em suas práticas. Observou-se que em alguns momentos os atendimentos se confundiam a um reforço, o que não é a proposta do AEE.

O planejamento tem como função nortear o professor para o que se pretende alcançar. Alves et al (2006), salienta:

Que o professor da sala de recursos multifuncionais deverá participar das reuniões pedagógicas, do planejamento, dos conselhos de classe, da elaboração do projeto pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar. (ALVES ET AL, 2006, p. 18)

Quanto ao encaminhamento dos alunos, foi questionado como ocorre este processo, obteve-se os seguintes dados:

P1 – Os professores das salas regulares preenchem uma ficha e encaminham. As professoras avaliam, caso haja necessidade chamam os pais fazem a matrícula na sala e pedem para procurarem um especialista quando não tem laudo ou não é visível.

P2 – Os professores preenchem uma ficha e encaminham à sala.

P3 – Através dos pais, através das observações dos professores que ao detectarem alguma necessidade especial na criança, preenchem uma ficha de encaminhamento ao AEE, está é repassada a orientação e depois encaminhado à sala de recursos para estudo de caso.

O processo de identificação e encaminhamento do aluno perpassa por toda a escola desde a coordenação, professor regente da sala regular e o professor da SRM, juntamente com os pais. Pôde-se observar que este procedimento ocorre como descrito, sendo de fundamental importância para que se inicie o atendimento.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, pelo parecer da Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001, em seu Art. 6 assegura que é de funda-

mental importância para essa tomada de decisão um assessoramento técnico e uma avaliação do ensino e aprendizagem do aluno, e que para tal fim:

I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;

II - o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;

III - a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário. (BRASIL, 2001)

Em relação ao registro do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos que frequentam a SRM, os dados alcançados foram:

P1 – Na SRM existe o caderno do aluno que pode ser analisado e é feito um relatório bimestral da sala entregue na SEMEC.

P2 – Conversamos com os professores e temos um caderno para cada aluno.

P3 – É feito o registro diário no caderno de registro dos atendimentos e semestralmente é feito um relatório da situação de aprendizagem de cada criança atendida na SRM.

De acordo com as respostas das pesquisadas, este registro é chamado de Plano de Atendimento Educacional Especializado que consiste na especificação das características do desenvolvimento do aluno, como também a proposta de atendimento: objetivos, plano de ação/atividades, período de duração, resultados esperados, resultados obtidos e observações complementares.

Corroborando a Resolução n.º 4/2009, que define em seu Art. 13, inciso II, que é função do professor da SRM “elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade”.

Observou-se que este plano consiste em detalhar o planejamento das intervenções pedagógicas que foram desenvolvidas na SRM, a elaboração deste deve envolver os professores da SRM e da sala regular, equipe pedagógica, os profissionais que acompanham o desenvolvimento do aluno, e os pais. Sendo o mesmo de grande importância para a escola e para a família, pois é através dele que se acompanha a trajetória percorrida pelo aluno.

Ao perguntar sobre o período que o atendimento aos alunos da SRM acontecia, os seguintes dados foram obtidos que 100% dos atendimentos acontecem nos dois períodos. A partir deste questionamento foi solicitado que se justificasse a resposta marcada. Sendo que as respostas foram correspondentes uma das outras.

P1/P2/P3 – Porque temos alunos da zona rural e outros que tomam medicamentos e não podem vir no contra turno.

Entretanto, o atendimento dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE), deve segundo as orientações contidas na Resolução CNE/CEB, nº 4/2009, que no seu Art. 5º, pondera que “o AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização [...]”.

Apesar das legislações alegarem que tem que ser realizada no contraturno, observou-se que existem atendimentos realizados no mesmo turno no qual o aluno está matriculado, pois é de extrema importância não negar atendimento e principalmente perceber a necessidade e não fazer nada.

Segundo os dados obtidos neste, é exposto que nas duas escolas participantes, existe um número considerável de alunos com deficiência mental/ intelectual, como também com baixa visão, sendo que 100% das professoras marcaram tal deficiência. Apresenta-se 66,7% de alunos com deficiência múltipla, 33,3% de alunos com surdez e cegueira. Pôde-se observar que na descrição de público atendido, existe aluno com cegueira, mas ao questionar o tipo de SRM todas disseram que as suas são tipo I, ou seja, não tem público com cegueira.

É importante ressaltar também as classificações estabelecidas pela Resolução CNE/CEB, nº 4/2009 que no seu Art. 4º, considera público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009)

No gráfico 05 encontram-se as atividades realizadas na SRM que segundo as pesquisadas dispendem mais tempo. Infere-se que 100% das pesquisadas garantem que o atendimento ao aluno requer mais tempo. A partir desta consideração exposta por elas, nota-se que a ação pedagógica realizada na SRM deve respeitar as particularidades dos alunos, considerando o tempo de cada uma, aspectos físicos e socioemocionais. Nesse cenário, observou-se que as professoras da SRM tentam resgatar a autoestima, a valorização da aprendizagem, como também reconhecer como valiosos os conhecimentos da vida de cada aluno, utilizando-se de todos os recursos disponíveis.

Com relação ao funcionamento do AEE e a separação de turnos e horários para cada tipo de deficiência, os fatos obtidos foram:

P1 – Duas vezes por semana e por duas horas por dia.

P2 – Cada aluno é atendido duas vezes por semana e duas horas por dia.

P3 – Ao selecionar os alunos a serem atendidos e após reunião com os pais é feito um cronograma de atendimento com os dias e horários que cada aluno será atendido na SRM. É feito uma ficha com os horários que fica anexado no caderno da criança e outra encaminhada aos pais.

Com base nas respostas, esclarece-se que o funcionamento da sala de recursos multifuncionais é acompanhado por um cronograma, esse elaborado pelos professores do AEE com objetivo de atender os alunos de acordo com suas especificidades. Assim, Ropoli et al descreve esse funcionamento,

O professor seleciona o tipo do atendimento, organizando, quando necessários, materiais e recursos de modo que o aluno possa aprender a utilizá-los segundo suas habilidades e funcionalidades. O número de atendimentos semanais/mensais varia de caso a caso. O professor vai prolongar o tempo ou antecipar o desligamento do aluno do AEE, conforme a evolução do aluno. (ROPOLI ET AL, 2010, p. 26)

Com base na observação e nos dados coletados na investigação do funcionamento e das práticas desenvolvidas na SRM da rede municipal de Araguatins, pode-se concluir que as professoras que lá atuam, seguem o modelo de atendimento prescrito pelas legislações vigentes, com algumas adaptações que são necessárias para melhor resultados quanto ao desenvolvimento.

Considerações Finais

Essa pesquisa buscou compreender o processo de ensino e aprendizagem que ocorre nas SRM's pela via da pesquisa bibliográfica com caráter exploratório – descritivo, a fim de conhecer como é realizado o AEE para os alunos público-alvo da Educação especial desenvolvida nas escolas regulares da rede municipal do ensino urbano de Araguatins-TO.

A análise do conjunto dos dados possibilitou entender o funcionamento do AEE na escola regular, a formação dos professores que atuam na SRM, a parceria entre os professores da sala regular e SRM, e compreender como ocorre o trabalho docente neste espaço.

A SRM vem contribuir para a promoção da inclusão no espaço escolar, potencializando a autonomia e a participação plena dos na escola ou fora dela.

Constata-se que o AEE segue por um processo de organização a partir de ações planejadas, mediadas e intencionais de acordo com as especificidades de cada aluno atendido nas SRM's. As ações desenvolvidas pelo serviço de AEE devem ser firmadas com o envolvimento de toda equipe escolar, assim a escola se tornará um ambiente educacional inclusivo.

Apesar da ampliação das políticas nacionais para promover a garantia de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos, ou seja, uma escola para todos. A ascensão da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva necessita ainda progredir muito, exigindo profissionais da educação mais qualificados, com conhecimentos específicos para lidar com as mais diversas necessidades, envolver a gestão escolar, levando toda à equipe de trabalho e comunidade escolar a participarem de oficinas, palestras, cursos, para que esses alunos não sejam apenas seres passivos e sim agentes ativos na busca do conhecimento.

No entanto, a busca por este estudo contribui para a ressignificação dos profissionais da escola, vem propiciar conhecimento e manifestar a curiosidade para futuros pesquisadores acerca deste programa, que beneficia o público-alvo da educação especial, aceitando e respeitando as diferenças e a diversidade.

Referências

ALVES, Denise de Oliveira. et al. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://www.oneesp.ufscar.br/orientacoes_srm_2006.pdf> Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, São Paulo: Editora Saraiva, 1988.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em: 08 set. 2018.

_____. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dez.1996. Disponível em: <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/03fe25bf-f2c9-459a-bee2-f00c1b-0b2a0e.pdf>> Acesso em: 08 set. 2018.

_____. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Resolução CNE/CEB n.2**, de 11 de fevereiro de 2001. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 2001b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MALHEIRO, Cícera A. Lima; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Sala de Recursos Multifuncionais: Formação, Organização e Avaliação**. 1 ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em:<<https://institutoitard.com.br/produto/livro-inclusao-escolar-o-que-e-por-que-como-fazer/>>Acesso em: 10 out. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**.5 ed. São Paulo : Atlas 2003.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

ROPOLI, Edilene Aparecida. et.al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília. Ministério da educação. Secretaria de educação especial: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em:<https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/25849?locale=pt_BR&contrast=> Acesso em: 08 set. 2018.

Recebido em 30 de janeiro de 2021.

Aceito em 19 de abril de 2021.